

# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

## CONCURSO PÚBLICO

# MANHÃ



## PROVAS OBJETIVAS

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para as questões de 1 a 3

1 A soberania popular pode ser exercida, juridicamente, por meio de três modelos: democracia participativa ou direta, democracia representativa ou indireta e democracia semidireta.

4 Na democracia direta, o povo participa diretamente da vida política do Estado, exercendo os poderes governamentais, fazendo leis, administrando e julgando. É, pois, aquela em que

7 o povo exerce de modo imediato as funções públicas. Na democracia indireta ou representativa, o povo não exerce seu poder de modo imediato, mas por meio de seus representantes,

10 eleitos periodicamente, a quem são delegadas as funções de governo. A democracia representativa pressupõe um conjunto de instituições que disciplinam a participação popular no

13 processo político, que formam os direitos políticos que qualificam a cidadania, como, por exemplo, as eleições, o sistema eleitoral, os partidos políticos; enfim, mecanismos

16 disciplinadores para a escolha dos representantes do povo. Na democracia semidireta, são assegurados instrumentos de participação direta do povo nas funções de governo. Esses

19 instrumentos de participação dão ao povo, conservadas, embora em parte, as formas representativas, a palavra final relativa a todo o ato governativo. Como exemplo desses

22 instrumentos, podem ser citados o referendo e o plebiscito.

Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

### QUESTÃO 1

No texto, a palavra

- A “processo” (l.13) poderia ser corretamente substituída por **decorso**, sem prejuízo para o sentido original do texto.
- B “instrumentos” (l.17) está empregada como sinônimo de **utensílios**.
- C “soberania” (l.1) poderia, sem prejuízo para o sentido original do período, ser substituída por **autoridade** ou **superioridade**.
- D “vida”, na linha 4, está empregada com mesmo sentido que essa palavra possui na seguinte frase: salvar a vida do paciente.
- E “imediato” (l.7) está empregada com o sentido de **direto**, ou seja, que age ou se produz sem intermediário.

### QUESTÃO 2

O sujeito da oração cujo núcleo do predicado é a forma verbal “formam” (l.13) é

- A a expressão “os direitos políticos” (l.13).
- B o pronome “que” imediatamente antecedente.
- C oculto.
- D indeterminado.
- E a expressão “um conjunto de instituições” (l.11-12).

### QUESTÃO 3

Com relação a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- A No trecho “a palavra final relativa a todo o ato” (l.20-21), a partícula **a** pertence à mesma classe gramatical em ambas as ocorrências.
- B A conjunção “pois” (l.6) exerce, na oração em que se insere, função explicativa.
- C Na linha 10, a expressão “a quem” exerce a função de complemento indireto da locução verbal “são delegadas” e o trecho “as funções de governo” (l.10-11), a função de complemento direto dessa locução.
- D O trecho “A democracia representativa pressupõe” (l.11) poderia, sem prejuízo para os sentidos do texto ou para sua correção gramatical, ser substituído por: Na democracia participativa, pressupõe-se.
- E A substituição de “são assegurados” (l.17) por **assegura-se** preservaria a correção gramatical do período.

1 Diversas são as naturezas dos instrumentos de que dispõe o povo para participar efetivamente da sociedade em que vive. Políticos, sociais ou jurisdicionais, todos eles

4 destinam-se à mesma finalidade: submeter o administrador ao controle e à aprovação do administrado. O sufrágio universal, por exemplo, é um mecanismo de controle de índole

7 eminentemente política — no Brasil, está previsto no art. 14 da Constituição Federal de 1988, que assegura ainda o voto direto e secreto e de igual valor para todos —, que garante o direito

10 do cidadão de escolher seus representantes e de ser escolhido pelos seus pares.

Costuma-se dizer que a forma de sufrágio denuncia, em princípio, o regime político de uma sociedade. Assim, quanto mais democrática a sociedade, maior a amplitude do sufrágio. Essa não é, entretanto, uma verdade absoluta. Um sistema eleitoral pode prever condições legítimas a serem preenchidas pelo cidadão para se tornar eleitor, desde que não sejam discriminatórias ou levem em consideração valores pessoais. Segundo José Afonso da Silva, considera-se, pois, universal o sufrágio quando se outorga o direito de votar a todos os nacionais de um país, sem restrições derivadas de condições de nascimento, de fortuna ou de capacidade especial. No Brasil, só é considerado eleitor quem preencher os requisitos da nacionalidade, idade e capacidade, além do requisito formal do alistamento eleitoral. Todos requisitos legítimos e que não tornam inapropriado o uso do adjetivo universal.

Internet: <http://jus.com.br> (com adaptações).

### QUESTÃO 4

O texto é, essencialmente,

- A informativo.
- B prescritivo e normativo.
- C dissertativo-argumentativo.
- D narrativo.
- E descritivo.

**QUESTÃO 5**

No que se refere às normas para elaboração de correspondência oficial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na comunicação entre um tribunal regional eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral, deve-se utilizar um memorando.
- Ⓑ Em correspondências enviadas a deputado, juiz, embaixador e diretor-geral de agência reguladora, deve-se empregar o pronome de tratamento **Vossa Excelência**.
- Ⓒ Aviso é o expediente adequado para a comunicação entre o gestor máximo de qualquer órgão da administração e outras autoridades de mesma hierarquia.
- Ⓓ O expediente adequado para que um ministro de Estado submeta um projeto de ato normativo à consideração da presidenta da República é a exposição de motivos.
- Ⓔ Apesar da recomendação para que se empreguem os fechos **Atenciosamente** e **Respeitosamente**, nas redações oficiais, admite-se também o uso de **Cordialmente**, **Saudações** e **Com meus cumprimentos**, se o conteúdo do documento for solene.

**QUESTÃO 6**

Ainda em relação à correspondência oficial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em documentos endereçados a um ministro de Estado, deve-se empregar o vocativo **Excelentíssimo Senhor Ministro**.
- Ⓑ O telegrama é a forma de comunicação mais utilizada em situações de emergência, dados seu baixo custo e a celeridade por ele proporcionada.
- Ⓒ A mensagem de correio eletrônico não tem valor documental, uma vez que não há forma de confirmar a autenticidade da assinatura do seu remetente.
- Ⓓ O documento adequado para a comunicação entre setores da mesma instituição é o memorando.
- Ⓔ Nos documentos do padrão ofício, o signatário deve ser identificado pelo nome, seguido do nome da instituição.

**QUESTÃO 7**

Assinale a opção correta a respeito de correspondência oficial.

- Ⓐ Os ofícios e memorandos não podem ser impressos em frente e verso, uma vez que é utilizado o papel timbrado.
- Ⓑ O documento via fax possui formatação própria, diferindo-se das demais correspondências oficiais.
- Ⓒ Considerando a concordância dos pronomes de tratamento, uma comunicação dirigida ao presidente do Senado Federal deverá ser redigida da seguinte maneira: Vossa Excelência será informado da tramitação do projeto em pauta.
- Ⓓ Apesar de menos usuais, **ilustríssimo** e **digníssimo** são pronomes de tratamento aceitos em comunicações oficiais.
- Ⓔ As páginas de um ofício devem ser numeradas, inclusive a primeira, quando houver mais de uma.

**QUESTÃO 8**

Com relação às constituições, assinale a opção correta.

- Ⓐ O registro civil de nascimento consiste no documento que concede o atributo de cidadão aos brasileiros.
- Ⓑ A constituição formal consiste em um documento escrito que foi estabelecido solenemente pelo poder constituinte originário.
- Ⓒ No Brasil, em nenhuma hipótese admite-se a pena de morte.
- Ⓓ Caso um brasileiro adquira outra nacionalidade para exercer direitos civis em território estrangeiro, sua nacionalidade brasileira será automaticamente cancelada.
- Ⓔ De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), o trabalhador doméstico tem direito a seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

**QUESTÃO 9**

Assinale a opção correta acerca da organização político-administrativa brasileira.

- Ⓐ Os municípios têm autonomia administrativa, política e financeira, mas não autonomia normativa.
- Ⓑ A União poderá intervir diretamente nos municípios situados nos estados-membros.
- Ⓒ Cabe aos estados-membros estabelecer, em forma associativa, as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem.
- Ⓓ O Estado Federal brasileiro é concebido constitucionalmente como a união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal.
- Ⓔ Nos termos da CF, o detentor de mandato eletivo é remunerado por meio de subsídio fixado em parcela única, podendo perceber, ainda, verba de representação.

**QUESTÃO 10**

A respeito de Poder Executivo brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ O poder regulamentar é inerente e privativo ao chefe do Poder Executivo.
- Ⓑ A eleição do presidente da República, simultaneamente com a do vice-presidente, é feita mediante voto direto e secreto, pelo sistema de representação proporcional, sendo realizada nos estados, nos territórios e no Distrito Federal.
- Ⓒ A prática de crimes comuns e de responsabilidade pelo presidente da República enseja o processo e o julgamento pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
- Ⓓ O cidadão português equiparado ao brasileiro naturalizado não poderá ser ministro de estado.
- Ⓔ A concessão de indulto e a comutação de penas são atividades privativas do presidente da República, não podendo ser delegadas.

**QUESTÃO 11**

Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** Os juízes de direito, órgãos jurisdicionais de primeiro grau das justiças estaduais ordinárias, são togados, mas não são vitalícios, visto que devem aposentar-se, compulsoriamente, aos setenta anos de idade.
- B** Ao Ministério Público não compete exercer o controle externo da atividade policial.
- C** Cabe ao Ministério Público, uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- D** O Poder Judiciário brasileiro tem autonomia administrativa, mas não autonomia financeira.
- E** Compete ao Senado Federal processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns e de responsabilidade.

**QUESTÃO 12**

Com base no Código Eleitoral (Lei n.º 4.737/1965), assinale a opção correta.

- A** O eleitor pode, para fins de inscrição, optar pelo domicílio eleitoral, ainda que sua única residência, onde mora, se localize em município diverso.
- B** É assegurada ao empregado a falta justificada ao trabalho para fins de alistamento eleitoral, sem prejuízo de seu salário.
- C** O eleitor que deixar de votar por três eleições consecutivas sem apresentar justificativa perante a Justiça Eleitoral terá sua inscrição cancelada e perderá definitivamente o direito a votar.
- D** A ausência de comprovação de voto na última eleição, do pagamento da respectiva multa ou da devida justificativa não impedem o eleitor de obter empréstimos junto a sociedade de economia mista federal.
- E** É absolutamente vedada a inscrição de eleitores portadores de deficiência visual.

**QUESTÃO 13**

Considerando a Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), assinale a opção correta.

- A** É vedado ao partido ou à coligação substituir, após o término do prazo para registro de candidatura, candidato que vier a renunciar.
- B** Cabe ao estatuto do partido político regular as normas para a escolha de candidatos, observadas as disposições legais.
- C** É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para a eleição majoritária, mas não para a eleição proporcional.
- D** Para concorrer às eleições, o candidato deve transferir seu domicílio eleitoral para a respectiva circunscrição até o dia 5 de julho do ano em que se realizar o pleito.
- E** O candidato às eleições proporcionais será registrado com o nome que livremente indicar em seu pedido, ainda que esse nome seja irreverente ou ridículo.

**QUESTÃO 14**

Com base na Resolução do TSE n.º 21.538/2003, assinale a opção correta a respeito da transferência do eleitor.

- A** A transferência do eleitor independe de estar ele quite com a justiça eleitoral.
- B** O despacho que indefere o pedido de transferência do eleitor é irrecurável.
- C** O pedido de transferência do eleitor é feito no cartório de seu antigo domicílio eleitoral, a quem cabe officiar ao cartório do domicílio atual do eleitor para que se efetive a transferência requerida.
- D** Para a transferência do eleitor, exige-se que ele resida há pelo menos três meses no novo domicílio, fato declarado, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.
- E** A transferência do eleitor será admitida até três vezes em um mesmo ano.

**QUESTÃO 15**

Com base na Resolução do TSE n.º 21.538/2003 e na legislação eleitoral pertinente, assinale a opção correta.

- A** O pedido de justificação do eleitor que deixar de votar pode ser formulado na zona eleitoral em que ele se encontrar, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.
- B** Um cidadão que tiver sido alfabetizado aos trinta anos de idade poderá requerer seu alistamento eleitoral, desde que pague multa, no ato da inscrição, imposta pelo juiz eleitoral em razão de seu alistamento tardio.
- C** As informações constantes do cadastro eleitoral são sigilosas, não podendo ser acessadas por instituições públicas ou privadas.
- D** Toda e qualquer fraude, mesmo em proporção insignificante, acarreta a necessária revisão do eleitorado pela respectiva junta eleitoral.
- E** A revisão do eleitorado de zona eleitoral é presidida por ministro do TSE, em caráter interventivo.

**QUESTÃO 16**

Acerca da administração pública, assinale a opção correta.

- A** As autarquias não podem ser criadas pelos estados e pelos municípios.
- B** As contratações efetuadas pelas fundações públicas não se submetem à licitação.
- C** A empresa pública, mesmo quando explora atividade econômica, age com todos os privilégios estatais, justamente por ser uma entidade da administração indireta.
- D** Os serviços sociais autônomos distinguem-se das entidades paraestatais.
- E** A atividade administrativa é descentralizada quando é exercida por pessoa distinta do Estado, e este atua indiretamente.

**QUESTÃO 17**

No que se refere às prerrogativas e aos poderes de que dispõe a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Em sede de controle e responsabilização de natureza disciplinar, prevalece o princípio da tipicidade, a exemplo do direito penal.
- B** A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- C** O poder discricionário é aquele concedido à administração, para a prática de atos administrativos, com liberdade de escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo, razão pela qual o ato administrativo discricionário está imune à apreciação do Poder Judiciário.
- D** Apenas o Poder Judiciário tem competência para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- E** São atributos do poder de polícia administrativa a discricionariedade e a coercibilidade, mas não a autoexecutoriedade, porque a administração não pode impor diretamente as medidas ou sanções de polícia administrativa necessárias à contenção da atividade antissocial que ela visa obstar; para este fim, deve obter ordem judicial.

**QUESTÃO 18**

Assinale a opção correta, considerando o contorno jurídico-constitucional da administração pública.

- A** Ação popular é a via constitucional posta à disposição dos cidadãos para a obtenção da anulação de atos ou contratos administrativos — ou a eles equiparados — lesivos ao patrimônio público ou ao patrimônio de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao meio ambiente natural ou cultural. Caso o autor da ação popular seja vencido na demanda, ele será, em qualquer caso, condenado ao pagamento de custas e honorários.
- B** Os atos políticos, os atos legislativos e os atos *interna corporis* podem ser amplamente controlados pelo Poder Judiciário.
- C** A prática de abuso pelo servidor no exercício das funções exclui a responsabilidade objetiva da administração.
- D** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, além dos sistemas internos de cada poder, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo.
- E** Ao Poder Judiciário é vedado o exame dos motivos determinantes do ato administrativo.

**QUESTÃO 19**

No que concerne ao direito administrativo e à administração pública, assinale a opção correta.

- A** O ato consumado pode ser anulado pela administração pública.
- B** Os servidores públicos não têm direito à associação sindical.
- C** O capital da empresa pública não é exclusivamente público, uma vez que admite a participação privada.
- D** A sociedade de economia mista da União deve ter a forma de sociedade anônima.
- E** A motivação dos atos vinculados não é obrigatória.

**QUESTÃO 20**

A negação da proposição “Crescer além de certo porte é um ótimo negócio para empresários, mas um mau negócio para o mundo” é equivalente a

- A** Crescer além de certo porte não é um ótimo negócio para empresários ou não é um mau negócio para o mundo.
- B** Não crescer além de certo porte é um ótimo negócio para empresários, mas um mau negócio para o mundo.
- C** Não crescer além de certo porte não é um ótimo negócio para empresários, mas um mau negócio para o mundo.
- D** Não crescer além de certo porte não é um ótimo negócio para empresários, nem um mau negócio para o mundo.
- E** Crescer além de certo porte não é um ótimo negócio para empresários, nem um mau negócio para o mundo.

**QUESTÃO 21**

As proposições a seguir são as premissas de um argumento.

- Se uma companhia tem grande porte e numerosas ramificações, sua falência teria um custo intolerável para a sociedade.
- Se a falência de uma companhia tem um custo intolerável para a sociedade, o governo protegê-las-á na iminência ou durante de uma crise séria.
- Se o governo protege uma companhia durante uma crise séria, recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.

Assinale a opção correspondente à conclusão que, juntamente com as premissas acima, constituem um argumento válido.

- A** Se uma companhia tem grande porte e numerosas ramificações, então recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.
- B** Se a falência de uma companhia tem um custo intolerável para a sociedade, então recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.
- C** Se uma companhia entrar em falência, então a sociedade arcará com um custo intolerável.
- D** Se o governo protege uma companhia na iminência de uma crise séria, então recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.
- E** Se ocorre uma crise séria em uma companhia, então recursos públicos são usados em benefício de um ente privado.

**QUESTÃO 22**

Considere uma prova de concurso público composta por questões com cinco opções, em que somente uma é correta. Caso um candidato faça marcações ao acaso, a probabilidade de ele acertar exatamente duas questões entre três questões fixas será

- A**  $\frac{1}{25}$ .
- B**  $\frac{4}{125}$ .
- C**  $\frac{12}{125}$ .
- D**  $\frac{1}{5}$ .
- E**  $\frac{2}{3}$ .

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 23**

Acerca dos requisitos para a investidura em cargo público, assinale a opção correta.

- A** As universidades podem prover seus cargos com professores estrangeiros.
- B** A idade mínima para a investidura em cargo público é dezesseis anos.
- C** A investidura em o cargo público é concretizada com a publicação da nomeação no Diário Oficial.
- D** Vinte por cento das vagas de todos os concursos públicos devem ser reservadas aos portadores de deficiência, vedada qualquer alegação de incompatibilidade entre a deficiência e o cargo.
- E** Para ser investido em cargo público, o candidato deve ter, ao menos, o ensino fundamental completo.

**QUESTÃO 24**

Considere que Lucas tenha tomado posse no seu primeiro cargo efetivo no serviço público federal e que esteja em exercício há seis meses. Com relação à situação funcional de Lucas, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.112/1990.

- A** Lucas poderá tirar licença para tratar de assuntos particulares pelo prazo de três anos consecutivos, sem direito à remuneração.
- B** Lucas irá adquirir estabilidade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- C** Caso Lucas esteja cursando faculdade e tenha de mudar de localidade no interesse da administração, ele terá direito a matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.
- D** Enquanto estiver no período de estágio probatório, Lucas não poderá ocupar cargos em comissão.
- E** Lucas poderá tirar licença para desempenho de mandato classista.

**QUESTÃO 25**

Ao funcionário público federal estável aprovado em novo concurso público, para outro órgão, mas não habilitado no estágio probatório desse novo cargo aplica-se, para que retorne ao cargo por ele anteriormente ocupado, o instituto da

- A** reversão.
- B** reintegração.
- C** redistribuição.
- D** recondução.
- E** readaptação.

**QUESTÃO 26**

Com base na Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- A** O afastamento do servidor por motivo de doença profissional é considerado como efetivo exercício.
- B** A licença-prêmio por assiduidade será concedida apenas aos servidores aprovados no estágio probatório.
- C** O servidor público convocado para o serviço militar obrigatório deverá, para que não fique configurado o abandono de cargo, requerer licença para tratar de assuntos particulares, devendo retornar ao serviço no prazo máximo de trinta dias após o término do período do serviço obrigatório.
- D** O servidor pode ausentar-se do serviço por dois dias para votar em outro estado da Federação.
- E** Ao servidor estudante será concedido horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, independentemente de compensação de horário.

As questões de 27 a 30 a seguir devem ser respondidas com base no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE/MS).

**QUESTÃO 27**

Considerando que determinado advogado tenha sido nomeado juiz do TRE/MS, assinale a opção correta.

- A** A nomeação desse advogado deveu-se a uma indicação da assembleia legislativa do estado.
- B** O advogado foi nomeado pelo presidente do tribunal de justiça do estado.
- C** O período máximo de permanência desse advogado no cargo é de dois biênios consecutivos, devendo haver um intervalo de dois anos para nova investidura.
- D** O tempo de serviço nesse cargo é contado a partir da data da nomeação.
- E** Se ele afastar-se das atividades por motivo de licença, o período da licença não será computado no biênio para o qual foi nomeado.

**QUESTÃO 28**

O procurador regional eleitoral

- A** tem direito a voto nas deliberações do tribunal.
- B** não pode requerer arquivamento de inquérito policial.
- C** deve manifestar-se, em relação aos conflitos de competência submetidos ao tribunal, por escrito.
- D** será substituído, em caso de afastamento por motivo de licença, pelo juiz eleitoral mais antigo.
- E** possui a competência para emitir pareceres em todos os feitos contenciosos e nos administrativos, ainda que não envolvam matéria eleitoral.

**QUESTÃO 29**

Acerca das sessões do TRE/MS, assinale a opção correta.

- A** O secretário das sessões do tribunal é o juiz eleitoral de menor antiguidade.
- B** Os trabalhos das sessões obedecem a uma ordem, podendo o procurador regional eleitoral submeter ao conhecimento do tribunal qualquer outra matéria.
- C** É vedado ao tribunal realizar sessões reservadas.
- D** No início do ano eleitoral, o presidente do tribunal deve fazer publicar, em resolução, as sessões ordinárias e extraordinárias a serem realizadas ao longo do ano.
- E** De cada sessão deve ser lavrada ata circunstanciada, sendo vedado qualquer tipo de retificação após a sua lavratura.

**QUESTÃO 30**

No que se refere aos processos no TRE/MS, assinale a opção correta.

- A** No conhecimento e julgamento dos feitos, devem-se conhecer e julgar primeiramente os conflitos de competência.
- B** É vedado ao tribunal declarar a inconstitucionalidade de ato de poder público.
- C** Os processos objeto de pedido de vista têm preferência na composição da pauta, que deve ser afixada no átrio do tribunal.
- D** Qualquer advogado pode consultar autos que tenham tramitado em segredo de justiça.
- E** As intimações do tribunal devem ser realizadas pessoalmente.